

**ILMO SR. PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO
82/2023 REALIZADO PELO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE
SANTA CATARINA**

Objeto: Contra Razões aos Recursos Administrativos
Ref.: Pregão Eletrônico n.º 82/2023

PLANSUL - Planejamento e Consultoria EIRELI., já devidamente qualificada nos autos do procedimento licitatório do Pregão Eletrônico n.º 82/2023, tempestivamente, vem perante Vossa Senhoria, por meio de seu representante legal abaixo assinado, apresentar **Contrarrazão aos Recursos Administrativos** interpostos pela **FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DAS ARTES E COMUNICAÇÃO - FUNDAC**, pelas razões que seguem em anexo:

Inicialmente necessário esclarecer que a recorrente, em ato meramente protelatório apresenta recurso, questionando a declaração da empresa Plansul como vencedora do certame, bem como questionando sua própria inabilitação.

O recorrente, em duas peças autônomas, se insurgiu contra sua acertada inabilitação e quanto a correta habilitação da recorrida.

Por economia e celeridade, a recorrida vai contra-arrazoar ambos os inconformismos na presente peça, onde demonstrará a impropriedade das duas insurgências.

Isto porque, no entender da Recorrente, o Pregoeiro e Comissão de apoio erraram na análise da habilitação e classificação da proposta da Plansul, bem como na inabilitação da FUNDAC, em razão de que requer a revisão da decisão.

No entanto, como será demonstrado a seguir, não lhe assiste qualquer razão.

I - DAS CONTRARRAZÕES:

a) Da correta inabilitação:

Inconformada com sua inabilitação, a recorrente traz à baila discussão já superada por decisão proferida pelo TCU durante o julgamento do Processo TC 009.692/2022-3, que em seu acórdão 1.186/2023, especificamente em sua alínea “c.1” assim decidiu:

c) dar ciência ao Senado Federal, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade identificada no Pregão Eletrônico 11/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

c.1) ausência de vedação à participação de instituições sem fins lucrativos no edital do certame, em afronta ao princípio da isonomia (art. 3º da Lei 8.666/1993), uma vez que os benefícios fiscais e previdenciários a que fazem jus reduzem seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas legal e regularmente tributadas;

O fato da recorrente ter recorrido da decisão, ao contrário do que menciona o mesmo, não obriga o Senado Federal a descumprir a decisão ou quebrar o princípio da isonomia, fazendo com que um dos participantes tenha benefícios fiscais e previdenciários que, de forma falaciosa, reduziriam seus preços.

Não lhes assiste qualquer razão.

a.1 - Dos princípios que regem a licitação e da quebra dos princípios da isonomia, igualdade:

Toda licitação pública deve ser regida pelo princípio da isonomia, que é um dos alicerces do direito administrativo.

Determina o art. 3º da Lei 8666/93:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio **constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa

para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os **princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifamos)**

Referido preceito é enfatizado, mais uma vez, pelo preceito instituído no art. 2º, do Decreto nº 10.024/2019:

Art. 3º. O Pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos **princípios da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos. § 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades. § 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, **resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia**, a finalidade e a segurança da contratação. (grifamos)

Permitir que as cooperativas, as associações e, como no presente caso, as Fundações, participem do processo licitatório juntamente com as sociedades empresárias, que possuem encargos e obrigações fiscais não suportadas pelas entidades que não tem fim lucrativo é, inequivocamente, afronta direta aos princípios da isonomia e da igualdade, o que não pode ser admitido por esta Corte, principalmente considerando o fato de que a Comissão de Licitação, no curso do certamente, deixou registrado entender que o art. 12 da IN 05/2017 – MPOG era aplicável ao procedimento.

É certo que as Fundações, como as organizações sociais, possuem diversas vantagens em relação às sociedades empresariais, dentre as quais inúmeras isenções fiscais. Ou seja, por suas características próprias, finalidades e objetivos, deixam de recolher aos cofres públicos impostos, taxas e demais tributos impostos às sociedades empresariais.

As licitações públicas têm por escopo identificar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, mediante apresentações de propostas econômicas. A contratação, pela Administração Pública, é franco e claro exercício de atividade econômica.

Como dito anteriormente, toda a base da licitação pública foi construída sob os alicerces dos princípios da isonomia e da igualdade.

Para que esses princípios basilares sejam respeitados é necessário que todos os participantes estejam em igualdade de condições.

E, em assim sendo, pessoas jurídicas que não tem finalidade lucrativa e, por sua vez, possuem isenções fiscais, não entram no processo licitatório com as mesmas condições das entidades empresariais! É total afronta aos princípios da igualdade e da isonomia.

Como dito anteriormente, já há expressa disposição acerca do assunto. De acordo com o disposto no art. 12, parágrafo único, da Instrução Normativa 05/2017, é expressamente vedada a participação de instituição sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresas, senão vejamos:

Art. 12. Quando da contratação de instituição sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição.

Parágrafo único. **Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em observância ao princípio da isonomia, a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.** (grifo nosso)

E não poderia ser diferente, em análise das condições tributária nas quais a empresa declarada vencedora está sujeita, fica cabalmente demonstrada a diferença de tratamento.

Neste aspecto, para que se possa ter a exata compreensão do grande equívoco que é admitir a participação de uma Fundação sem fins lucrativos no certame, em franco prejuízo aos diversos princípios que norteiam os processos licitatórios, entre eles citamos **legalidade**, impessoalidade, moralidade,

publicidade, **igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório** e julgamento objetivo, oportuna é a análise da proposta apresentada.

Considerando que **é obrigação da administração pública** não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar **que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade, fica latente que no presente caso isso não aconteceu.**

Permitir que a recorrente participe do certame afronta o princípio da isonomia, em franca vantagem da Recorrente que acaba apresentando proposta com taxa de lucro, se beneficiando de vantagens legais para atividades que sequer fazem parte de seu escopo.

Isto porque a FUNDAC, diferente das demais licitantes, tem isenção tributária e fiscal, pagando apenas 1% de Tributos Federais (PIS) (apesar de colocar inexplicavelmente na proposta 9,25% de tributos), e sequer recolhe INSS, ao passo que as demais empresas que participaram do certame são obrigadas a recolher INSS e Tributos.

Admitir que esta condição seja analisada sem qualquer equalização, acaba igualando desiguais e conferindo uma decisão desapartada do ordenamento jurídico que norteia as licitações públicas.

Cumpra ainda registrar que, a vista da vantagem obtida em razão da natureza jurídica da FUNDAC, ao invés de transformar isso em vantagem econômica para o tomador que é a União, promovendo indiretamente o bem público que, deveria ser seu objetivo, transforma essa vantagem, de isenção de tributos em LUCRO. É que se depreende da proposta ofertada, senão vejamos:

Assim, quando as Fundações exercem atividade econômica, participando de licitações juntamente com as sociedades empresariais fere-se, além da isonomia e igualdade, também o princípio da livre concorrência, esculpido no art. 170, inciso IV da Constituição Federal.

A habilitação da FUNDAC também violaria, também, o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, o qual determina que as contratações devam acontecer "mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a os concorrentes".

Não há outra alternativa que não a manutenção da decisão que inabilitou a recorrente.

b) Da correta habilitação da recorrida Plansul Planejamento e Consultoria Ltda.

Quanto a correta habilitação da empresa Plansul, ora recorrida, melhor sorte não lhe assiste.

É incontroverso que a recorrida presta diversos serviços a seus clientes, de acordo com seu contrato social e cartão CNPJ:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 78.533.312/0001-58 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/09/1984
NOME EMPRESARIAL PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 18.11-3-01 - Impressão de jornais 18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos 18.21-1-00 - Serviços de pré-impressão 33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 33.29-5-01 - Serviços de montagem de móveis de qualquer material 33.29-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 58.11-5-00 - Edição de livros 58.12-3-01 - Edição de jornais diários 58.13-1-00 - Edição de revistas 60.10-1-00 - Atividades de rádio 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 78.533.312/0001-58 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/09/1984
NOME EMPRESARIAL PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento		

Para fins de cálculo da CPRB (Contribuição Patronal sobre Receita Bruta), a Plansul é considerada uma empresa mista, uma vez que possui prestação de serviços de atividades desoneradas e atividades não desoneradas. Neste caso, existe previsão legal quanto a esta situação, conforme art. 9º da Lei 12.546/2011, conforme segue:

Art. 9º Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei: [\(Regulamento\)](#)

(...)

§ 1º No caso de empresas que se dedicam a outras atividades além das previstas nos arts. 7º e 8º, o cálculo da contribuição obedecerá: [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

I - ao disposto no caput desses artigos quanto à parcela da receita bruta correspondente às atividades neles referidas; e [\(Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012\) Produção de efeito e vigência](#)

II - ao disposto no [art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), reduzindo-se o valor da contribuição dos incisos I e III do **caput** do referido artigo ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que tratam o **caput** do art. 7º desta Lei ou à fabricação dos produtos de que tratam os incisos VII e VIII do **caput** do art. 8º desta Lei e a receita bruta total. [\(Redação dada pela Lei nº 13.670, de 2018\)](#)

A mesma previsão é encontrada na IN RFB 1436/2013, conforme transcrito abaixo:

Art. 8º Observado o disposto no § 4º deste artigo e no caput do art. 6º, no caso de empresas que se dedicam a outras atividades, além das relacionadas nos Anexos I e IV, ou que produzam outros itens além dos listados nos Anexos II e V, o cálculo da CPRB será feito da seguinte forma:

[\(Redação dada pelo\(a\) Instrução Normativa RFB nº 1812, de 28 de junho de 2018\)](#) [\(Vide Instrução Normativa RFB nº 1812, de 28 de junho de 2018\)](#)

I - em relação às receitas decorrentes das atividades relacionadas nos Anexos I e IV e da produção dos itens listados nos Anexos II e V, de acordo com o disposto no art. 1º; e

[\(Redação dada pelo\(a\) Instrução Normativa RFB nº 1812, de 28 de junho de 2018\)](#) [\(Vide Instrução Normativa RFB nº 1812, de 28 de junho de 2018\)](#)

II - quanto à parcela da receita bruta relativa a atividades não sujeitas à CPRB, de acordo com o disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, reduzindo-se o valor das contribuições a que se referem os incisos I e III do referido artigo ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas nos Anexos I e IV, ou da produção de itens não listados nos Anexos II e V e a receita bruta total.

[\(Redação dada pelo\(a\) Instrução Normativa RFB nº 1812, de 28 de junho de 2018\)](#) [\(Vide Instrução Normativa RFB nº 1812, de 28 de junho de 2018\)](#)

Destarte, as empresas mistas não são enquadradas para cálculo da CPRB, conforme estabelecido no art. 17º da Lei 12.546/2011 em relação as atividades previstas no art. 7º e art. 8º da IN 1436/2013, ou seja, através do CNAE e atividade principal.

Ressaltamos que de acordo com o Anexo I da IN 1436/2013, diversas atividades da Plansul Planejamento e Consultoria estão presentes, entre elas Serviços de tecnologia da informação, execução continuada de procedimentos e preparação ou processamento de dados de gestão empresarial (BPO/outsourcing), Call Center e atividades de radiodifusão (TV e Rádio).

Desta feita, no caso de empresas que se dediquem a outras atividades, além das abrangidas pela CPRB, o cálculo da CPP deverá ser efetuada mediante aplicação:

- a) Da alíquota de 1,5% a 4,5% conforme o caso, sobre a parcela da receita bruta correspondente às atividades abrangidas pela CPRB; e
- b) Da alíquota de 20% sobre a remuneração paga, devida ou creditada aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais, reduzindo-se o valor da contribuição a recolher, ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços ou fabricação dos produtos abrangidos pela CPRB e a receita bruta total auferida no mês.

Ademais, é importante frisar que essa regra somente se aplica às empresas que se dediquem a outras atividades, além das abrangidas pela CPRB, caso a receita bruta decorrente dessas outras atividades seja superior a 5% da receita bruta total.

Pelo exposto, resta claro que a habilitação da recorrida deve ser integralmente mantida, pelo que se requer o não acolhimento do Recurso interposto também nesse aspecto.

II - O MENOR PREÇO OFERTADO PELA PLANSUL

Por todo o exposto, destaca-se, o inequívoco cumprimento do Edital, razão pela qual perfeitamente correta à decisão de classificação firmada em consonância com o art. 45, § 1º, inciso I, da lei 8.666/93 define a licitação de menor preço, senão vejamos:

“Art 45. - O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade de concurso:

I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço.”

Na licitação de menor preço, conforme bem relata o eminente jurista HELY LOPES MEIRELLES, “o que a Administração procura é simplesmente a vantagem econômica”.

Para o julgamento desse tipo de licitação, só há dois itens relevantes, quais sejam:

- 1) que a proposta atenda às especificações do edital, o que foi amplamente atendido pela PLANSUL;
- 2) que apresente o menor preço, o que também foi apresentado, visto ser o preço apresentado pela PLANSUL é menor ao apresentado pela Recorrente.

Assim, estando atendidas todas as especificações do Edital, e apresentado a PLANSUL o menor preço, não resta dúvida que a mesma deve ser mantida como vencedora do certame, caso contrário, estará a Ilustríssima Comissão Julgadora indo de encontro ao Princípio da Probidade Administrativa, o qual ordena à Administração que o único interesse a prevalecer é o público, e que a única vantagem a ser buscada é a da proposta que melhor atenda ao interesse público.

Por tudo o aqui arguido, comprova-se, de forma irrefutável que a comissão julgadora, acertou na exegese da clausulas editalícias de julgamento da proposta, classificando a proposta de Menor Preço e que atendeu plenamente as exigências do edital, qual seja a ofertada pela PLANSUL.

III - DO REQUERIMENTO:

Face ao exposto, uma vez demonstrado a exaustão, o respeito a Lei e ao Edital é que se requer a **improcedência completa do recurso interposto pela empresa FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DAS ARTES E COMUNICAÇÃO - FUNDAC**, por insubsistente de fundamentos, **para** consequentemente seja mantida a decisão que declarou a Plansul vencedora do certame por ter apresentado o menor preço e cumprido todas as exigências previstas pelo edital, bem como manter inabilitada a própria recorrente.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
COMO MEDIDA DE JUSTIÇA!

Florianópolis, 27 de setembro de 2023.

Rafael Beda Gualda
Superintendente